

# COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

9ª Reunião Ordinária 22 de Junho de 2016 às 14:30 horas no Plenário Tiradentes.

**Presidente: Deputado Mauro Bragato**

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 1076/2011	Deputado Geraldo Vinholi	Altera a Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, com o objetivo de expandir os direitos das pessoas portadoras de deficiência.	Deputado Orlando Bolçone	contrário ao projeto e ao substitutivo proposto pela CCJR	
2	Projeto de lei 679/2013	Deputado Rodrigo Moraes	Cria o programa de distribuição de um "Kit Bíblico Educativo" no ensino básico e fundamental da rede escolar do Estado.	Deputado João Paulo Rillo	contrário	
3	Projeto de lei 1310/2014	Deputada Sarah Munhoz	Dispõe sobre a obrigatoriedade de prontuário eletrônico de pacientes nos hospitais públicos e privados	Deputado João Paulo Rillo	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Saúde	
4	Projeto de lei 348/2015	Deputado Sebastião Santos	Dispõe sobre a obrigatoriedade da impressão do símbolo da "SAF BRASIL" em todo recipiente de bebidas alcoólicas.	Deputado Léo Oliveira	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	O.B., T.B.

5	Projeto de lei 376/2015	Deputado Edson Giriboni	Altera a Lei nº 3.201, de 1981, alterada pela Lei nº 8.510, de 1993, que dispõe sobre a parcela pertencente aos municípios do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS.	Deputado Carlão Pignatari	favorável	O.B., T.B.
6	Projeto de lei 381/2015	Deputado Jooji Hato	Dispõe sobre a produção e comercialização de massas alimentícias nas feiras livres no âmbito do Estado.	Deputado Edson Giriboni	favorável	L.O., T.B.
7	Projeto de lei 609/2015	Deputado Milton Vieira	Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições de ensino da rede pública e particular de instalarem armários para que alunos nas fases pré-escolar e de ensino fundamental tenham espaço para guardar livros, cadernos e outros materiais.	Deputado Orlando Bolçone	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	
8	Projeto de lei 992/2015	Deputado Campos Machado	Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar contraceptivos reversíveis de longa duração para as mulheres que especifica.	Deputado Estevam Galvão	favorável, com emenda	T.B.
9	Projeto de lei 1008/2015	Deputado Campos Machado	Proíbe o porte de arma branca no Estado.	Deputado Coronel Camilo	favorável	
10	Projeto de lei 1061/2015	Deputado Celso Nascimento	Determina o uso de energias renováveis na geração de calor em edificações novas de propriedade do Estado.	Deputado Edson Giriboni	favorável	J.P.R., O.B.
11	Projeto de lei 1101/2015	Deputado Rafael Silva	Torna obrigatória nas instituições financeiras localizadas no Estado a implantação de Programas de Assistência e Acompanhamento Médico e Psicológico para funcionários que tenham presenciado ou participado de algum evento traumático relacionado a assaltos, roubos, explosões ou sequestros.	Deputado Estevam Galvão	favorável	

12	Projeto de lei 1231/2015	Deputado Coronel Telhada	Altera a redação do inciso IX do artigo 1º e acrescenta os incisos XI e XII ao artigo 1º da Lei 9.155, de 1955, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação trimestral das informações que especifica, referentes à atuação das políticas estaduais.	Deputado Paulo Correa Jr	favorável	C.P., J.P.R.
13	Projeto de lei 1240/2015	Deputado Carlos Giannazi	Dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem.	Deputado João Paulo Rillo	favorável	
14	Projeto de lei 1329/2015	Deputado Mauro Bragato	Dispõe sobre a criação e instalação do Instituto de Geologia e Meio Ambiente com os Cursos de Geologia Ambiental e de Engenharia Ambiental na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Campus de Assis.	Deputado Carlão Pignatari	favorável	
15	Projeto de lei 1332/2015	Deputado Wellington Moura	Determina a fixação de placa informativa que divulga o número telefônico do Conselho Tutelar nos estabelecimentos de ensino público e privado.	Deputado João Paulo Rillo	favorável ao projeto e à emenda proposta pela Comissão de Educação e Cultura, e contrário à emenda apresentada pela CCJR	
16	Projeto de lei 1334/2015	Deputado Igor Soares	Autoriza as Concessionárias de Pedágio do Estado a não cobrarem taxa de pedágio de pessoas maiores de 60 (sessenta) anos de idade e portadores de deficiência física nas Rodovias Estaduais.	Deputado Carlão Pignatari	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Transportes e Comunicações	
17	Projeto de lei 1357/2015	Deputado Gil Lancaster	Institui no Estado a Campanha de Prevenção às Doenças de Hipertensão denominada "SETEMBRO VERMELHO".	Deputado João Paulo Rillo	favorável, com emenda	
18	Projeto de lei 1447/2015	Deputado Wellington Moura	Institui o selo "Amigo do Esporte no Estado".	Deputado Teonilio Barba	favorável	
19	Projeto de lei 1448/2015	Deputado Mauro Bragato	Dispõe sobre a criação da "Fundação de Apoio à Extensão Universitária - FAEx" no Estado.	Deputado Carlão Pignatari	favorável	

20	Projeto de lei 1468/2015	Deputado Mauro Bragato	Dispõe sobre a criação de ETEC - Escola Técnica Estadual, vinculada ao Centro Paula Souza, no Município de Promissão.	Deputado Orlando Bolçone	favorável	
21	Projeto de lei 1488/2015	Deputado Gil Lancaster	Dispõe sobre a criação da Carteira de Informação do Paciente Diabético, onde constarão detalhes de sua patologia, medicações utilizadas e recomendações para o tratamento de urgência e emergência.	Deputado João Paulo Rillo	favorável	
22	Projeto de lei 1509/2015	Deputado Gil Lancaster	Institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Microcefalia.	Deputado João Paulo Rillo	favorável	
23	Projeto de lei 1511/2015	Deputada Beth Sahão	Dispõe sobre prazo na marcação de exames e consultas para pessoas com mais de 60 anos nas Unidades de Saúde Públicas pertencentes ao Governo do Estado.	Deputado Orlando Bolçone	favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Saúde	
24	Projeto de lei 1557/2015	Deputado Ricardo Madalena	Dispõe sobre a criação e implantação da Faculdade de Tecnologia - FATEC, vinculada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em Santa Cruz do Rio Pardo.	Deputado João Paulo Rillo	favorável	
25	Projeto de lei Complementar 41/2014	Governador	Altera a Lei Complementar nº 1.025, de 2007, que transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE em Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP e dispõe sobre os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado.	Deputado Vaz de Lima	favorável	C.P., J.P.R.
26	Projeto de lei Complementar 24/2015	Deputado Carlos Giannazi	Altera artigos da Lei Complementar nº 1.093, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.	Deputado João Paulo Rillo	favorável	
27	Projeto de resolução 34/2015	Deputado Afonso Lobato	Institui o Prêmio Município Paulista Inovador.	Deputado Orlando Bolçone	favorável	

28	Projeto de resolução 35/2015	Deputado Teonilio Barba	Institui o Prêmio operário "Anacleto Potomatti" em defesa dos direitos dos trabalhadores.	Deputado Orlando Bolçone	favorável	
29	Processo 5476/2010	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CG.C.EBC 1569/2010 - TC-038280/026/08 e TC038281/026/08 - Julgou irregular os contratos celebrados entre a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e os Consórcio SGM-TAIT e Consórcio Motorola Digital.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE, que julgou procedente a ação de rescisão do julgado, reputando regulares o pregão presencial internacional e os contratos dele decorrentes; solicita envio de ofício à PGE e ao MP, para ciência, anexando cópia deste parecer, com posterior arquivamento dos autos	
30	Processo 3933/2014	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CG.C.DER 1314/2014 - TC-001102/003/07 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e a Subscription Services Corp., representada por Periodicals Publicações Técnicas Ltda..	Deputado Edson Giriboni	que reconhece a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
31	Processo 6182/2014	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRMC 1384/2014 - TCs-045515/026/07, 045516/026/07, 04517/026/07 e 003515/026/08; Julgados irregulares os Termos de Encerramento de Execuções Contratuais das empresas Schunck Terraplenagem e Transportes Ltda., A. Fernandes Engenharia e Construções Ltda., Tecla Terraplenagem e Construções Ltda. e Construtora Fernandes Filpi Ltda..	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
32	Processo 5361/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.ECR 629/2015 - TC-0020766/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação-Diretoria de Ensino-Região de São Bernardo do Campo e a empresa Expresso Via Brasil Locadora de Veículos Ltda-ME.	Deputado Edson Giriboni	que concorda com a decisão do TCE e propõe envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	

33	Processo 150/2016	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.CSB 2220/2015 - TC-041027/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A.-EMTU e a Casa da Moeda do Brasil-CMB.	Deputado Coronel Camilo	que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita o envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
34	Processo 211/2016	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRMC 76/2016 - TCs-004987/026/11 e 004988/026/08 - Julgou irregulares os contratos celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresas Consórcio Organiza e Consórcio Diagonal-Villagua.	Deputado Edson Giriboni	que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita o envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
35	Processo 989/2016	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRMC 260/2016 - TC-016772/026/09 - Julgou irregulares os termos aditivos ao contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Serviços de Saúde - Hospital Guilherme Álvaro e a empresa Phytton Fórmulas Magistrais e Oficiniais Ltda.	Deputado Paulo Correa Jr	que concorda com a decisão do TCE, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	J.P.R.
36	Processo 1465/2016	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CGCRRM 475/2016 - TC-1253/003/09 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e a empresa Varian Medical Systems Brasil Ltda.	Deputado Paulo Correa Jr	que reconhece a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
37	Processo 1601/2016	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CGCRRM 547/2016 - TC-11572/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - FUNDAÇÃO CASA/SP e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social - IBRADES.	Deputado Coronel Camilo	que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação, solicita o envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	

38	Processo 1703/2016	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CGC.ARC 356/2016 - TC-8588/026/08 Julgou irregular o 2º Termo Aditivo ao contrato entre a Fundação para o Remédio Popular FURP e a empresa Convida Alimentação S.A.	Deputado Orlando Bolçone	que reconhece a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
39	Processo 1770/2016	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.CCM 807/2016 - TC-14697/026/06 - Julgou irregular o Termo de Rescisão do contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa H.E. Engenharia, Comércio e Representações Ltda.	Deputado Coronel Camilo	que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita o envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	

# COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

## PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

9ª Reunião Ordinária 22 de Junho de 2016 às 14:30 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Mauro Bragato

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
40	Projeto de decreto legislativo 4/2016	Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento	(CONCLUSIVA) Considera regulares, nos autos do processo TC-2069/005/06, a Concorrência Pública e o Contrato firmado entre a Unesp - Campus de Presidente Prudente e a Prudesan - Engenharia e Comércio Ltda.			J.P.R., O.B.
41	Projeto de decreto legislativo 5/2016	Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento	(CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-008568/026/06, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental e a empresa Ainyl - Soluções Ltda.			J.P.R., O.B.
42	Projeto de decreto legislativo 6/2016	Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento	(CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-95/008/08, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública - Polícia Militar do Estado - 33º Batalhão de Polícia Militar do Interior e a empresa Constreng Construções e Engenharia Ltda.			J.P.R., O.B.

PARA DELIBERAÇÃO:

Item 43 - Requerimento dos Deps. João Paulo Rillo e Teonílio Barba, recebido na Comissão em 25/5/16, no sentido de convidar o Sr. Orlando Melo de Castro, Coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, a fim de comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre os imóveis dos institutos de



pesquisa que constam no Anexo II do PL 328/16, de autoria do Governador, que "autoriza a alienação dos imóveis que especifica e dá outras providências", e que tramita nesta Casa em regime de urgência (encontra-se na ordem do dia, mas foi concedida liminar suspendendo o seu trâmite).

13 REQUERIMENTOS, recebidos em 31/3/16, de autoria do Deputado José Zico Prado, Líder do PT e Bancada, para CONVOCAÇÃO das seguintes autoridades, funcionários públicos e cidadãos:

Item 44 - Secretário de Estado da Educação, Sr. José Renato Nalini, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015; sobre o ônus que as revelações da Operação Alba Branca está provocando na Educação e sobre as medidas que estão sendo adotadas face aos fatos revelados".

Item 45 - Ex-Secretário de Estado da Educação, Prof. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 46 - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Arnaldo Calil Pereira Jardim, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação nos fatos revelados pela Operação Alba Branca".

Item 47 - Secretário de Estado de Logística e Transportes, Sr. Antonio Duarte Nogueira Junior, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação face às revelações da Operação Alba Branca".

Item 48 - Ex-Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, Sr. Fernando Padula Novaes, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual de Educação para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 49 - Sra. Dione Maria Whitehurst di Pietro, Coordenadora da CISE - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares da Secretaria de Estado da Educação, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 50 - Sr. Yuri Keller Martins, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 51 - Sr. Eduardo Araújo de Lima, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 52 - Sra. Dione Moraes Pavan, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 53 - Sr. José Merivaldo dos Santos, vulgo Meriva, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação

reveladas na Operação Alba Branca".

Item 54 - Sr. Luiz Carlos Gutierrez, vulgo Licá, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 55 - Sr. Luiz Roberto dos Santos, vulgo Moita, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 56 - Sr. Jeter Rodrigues Pereira, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Concedida vista dos 13 requerimentos ao Deputado Mauro Bragato em 11/5/16.

PARA CIÊNCIA E PROVIDÊNCIAS DOS SRS. MEMBROS:

- Of. da Câmara de Tatuí, encaminhando a Moção 228/16, que contém: 1 - Moção de Repúdio aos cortes orçamentários e 2 - Moção de Apelo ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e à Secretaria de Orçamento Federal, para urgente recomposição orçamentária, a fim de dar continuidade ao regular funcionamento da Justiça do Trabalho e da entrega da efetiva prestação jurisdicional trabalhista. A esta Casa, solicitam providências no sentido de manter as varas trabalhistas em pleno funcionamento, como ocorre atualmente.